

Justiça volta a autorizar leilão da sede da Cohab e de outros imóveis

Decisão de juiz inclui outros bens que pertencem à companhia: áreas na Vila Tecnológica e uma gleba de 800 mil m²

ANDRÉ FLEURY MORAES

O juiz André Luís Bicalho Buchignani, da 6.ª Vara Cível de Bauru, voltou a autorizar a venda da sede da Cohab, um imponente prédio na avenida Nações Unidas, através de leilão judicial. A decisão, assinada em 13 de fevereiro, foi publicada nesta terça-feira (28).

O mesmo procedimento chegou a ser realizado no ano passado e em duas etapas, uma em outubro e outra em novembro. Nas duas ocasiões, porém, não houve interessados e o leilão fracassou.

Para além da sede da companhia, a decisão do magistrado autoriza também a venda de 14 lotes de terreno da Vila Tecnológica – avaliados em R\$ 3.271.124,00 ao todo – e da gleba urbana da Fazenda Vargem Limpa, com extensão de 812.157,90 metros quadrados, aferida em R\$ 34 milhões.

DE NOVO

Prédio já foi a leilão no ano passado, mas não houve interessados

A sede da companhia habitacional, por sua vez, está avaliada em R\$ 13.413.597,76. Todas vão a leilão numa tentativa de saldar parte da dívida que a Cohab mantém com a Construtora LR, credora de mais de R\$ 600 milhões da companhia. Ainda não há data marcada para o procedimento, o que deve ser definido no edital de hasta pública a ser elaborado.

A Cohab chegou a contestar o laudo que avaliou os lotes da Vila Tecnológica e a gleba urbana da Fazenda Vargem Limpa. Em manifestação à Justiça em novembro do ano passado, a companhia

apresentou um laudo próprio e apontou que as glebas custariam R\$ 4.119.510,00 em valores de mercado. O magistrado Bicalho, no entanto, rechaçou o argumento da empresa de economia mista.

“A simples juntada de parecer de assistente técnico não tem o condão de anular o laudo. A devedora [Cohab] deveria apontar especificadamente o que entende por errôneo da avaliação [da LR]”, escreveu o juiz na ocasião.

Na prática, André Bicalho afirmou que a Cohab não poderia contestar o levantamento apenas apresentando um segundo laudo - e sim contestando os pontos do primeiro.

Este será o segundo grande leilão de propriedades na batalha judicial travada entre a Cohab e a Construtora LR. A ação de cobrança que a LR move contra a companhia se arrasta desde 2001.

A construtora foi contratada



Leilão do prédio da Cohab foi determinado pela primeira vez em agosto do ano passado a pedido da Construtora LR, empresa para quem a companhia deve R\$ 600 mi

pela Cohab para construir um conjunto habitacional em São Manuel ainda na década de 1990, numa obra bancada pela Caixa Econômica Federal.

O banco repassava os recursos à Cohab que, por sua vez, encaminhava à construtora. A CEF, porém, deixou de repassar pelo menos 37,5% do

contrato à Cohab, o equivalente a R\$ 78 milhões em números da época.

Num efeito cascata, a construtora também não recebeu os valores e ajuizou uma ação judicial para cobrar a Cohab. E ganhou o processo em todas as instâncias - a companhia não tem mais para onde recorrer.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Política Pagina: 3